
Independência
Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Independência Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Independência Participações S.A. ("Companhia" ou "Indepar"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Independência Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Independência Participações S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Independência Participações S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 29 de janeiro de 2021

A large, stylized handwritten signature in blue ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads "Vinicius Ferreira Britto Rêgo".

Vinicius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA024501/O-9

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTES		310	424	CIRCULANTES		263	295
Caixa e equivalentes de caixa	3	53	205	Obrigações tributárias		-	18
Outros créditos		12	12	Outras obrigações	5	263	277
Dividendos a receber	4	245	207				
NÃO CIRCULANTES		27.369	25.895	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.416	26.024
Investimentos	4	27.369	25.895	Capital social	6	34.379	34.379
				Reservas de lucros		582	512
				Prejuízos acumulados		(7.545)	(8.867)
TOTAL DOS ATIVOS		<u>27.679</u>	<u>26.319</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>27.679</u>	<u>26.319</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Resultado com equivalência patrimonial	4	1.719	3.640
Despesas administrativas	7	(61)	(61)
Despesas tributárias	7	(3)	(4)
Outras despesas operacionais	7	(265)	(346)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.390	3.229
Receitas financeiras		3	13
Despesas financeiras		(1)	(1)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.392	3.241
Lucro líquido por ações do capital social - R\$		0,04	0,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.392	3.241
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>1.392</u>	<u>3.241</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	<u>Nota explicativa</u>	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>RESERVA LEGAL</u>	<u>PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>TOTAL</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		34.379	350	(11.946)	22.783
Lucro líquido do exercício		-	-	3.241	3.241
Constituição de reserva legal	6	-	162	(162)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		34.379	512	(8.867)	26.024
Lucro líquido do exercício		-	-	1.392	1.392
Constituição de reserva legal	6	-	70	(70)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		34.379	582	(7.545)	27.416

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2020	2019
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Lucro líquido do exercício		1.392	3.241
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Resultado com equivalência patrimonial	4	(1.719)	(3.640)
Variações nos passivos e ativos operacionais			
Outros créditos		-	(1)
Obrigações tributárias		(18)	19
Outras obrigações		(14)	277
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(359)	(104)
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>			
Dividendos recebidos		207	-
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		207	-
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(152)	(104)
No início do exercício	3	205	309
No fim do exercício	3	53	205
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(152)	(104)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Independência Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 1ª de novembro de 2010 e registrada em 29 de dezembro de 2010 na Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE.

A Companhia tem como objeto social exclusivo a participação como sócia ou acionista em instituições financeiras ou sociedades equiparadas para os efeitos da legislação em vigor.

O principal objetivo de mercado da Companhia é atuar como Holding Financeira da Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A. ("Finsol SCM EPP S.A."), que atua no Mercado Financeiro Brasileiro sob as diretrizes da Lei nº 10.194/01.

A Finsol SCM EPP S.A. foi constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado em 28 de maio de 2013 e obteve autorização para funcionamento junto ao Banco Central do Brasil em 8 de agosto de 2013. Seu principal objetivo social é a concessão de microcrédito às pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte no desempenho das atividades relativas ao seu objeto social.

A Finsol SCM EPP S.A., sediada em Recife-PE, iniciou sua operação com microcrédito em 1ª de fevereiro de 2014 e possui atualmente 27 postos de atendimento físicos em 5 estados na região Nordeste e 1 posto de atendimento digital com abrangência nacional.

A Companhia detém 100,00% do capital social da Finsol SCM EPP S.A.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em função da sua exclusiva atuação em atividade de holding financeira, de entidade regulada pelo BACEN. Essas práticas contábeis não requerem a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, e, como requerido pelo BACEN, consideram as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos os pronunciamentos foram homologados pelo Banco Central do Brasil. Dentre os pronunciamentos homologados pela BACEN, aqueles aplicáveis à Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras estão apresentados abaixo:

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução Nº 4.534, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução Nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 - Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 - Ativo Imobilizado (Resolução Nº 4.535, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC-33 (R1) - Benefícios a Empregados (Resolução Nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN).
- CPC-46 - Mensuração do Valor Justo (Resolução Nº 4.748, de 29.08.2019, do CMN)

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

2.3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes:

- (a) Ativos contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (b) Passivos contingentes: São provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos trabalhistas, cíveis e fiscais são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes considerados com probabilidade de perda remota não são provisionados nem divulgados.

2.7. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com as normas do BACEN, nos exercícios de 2019 e 2020, não é requerido divulgar demonstrações financeiras consolidadas.

2.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime de lucro real, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido contábil à alíquota de 9% do lucro real.

2.9. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia se baseie em estimativas, para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras se referem ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia avalia a existência de processos judiciais e administrativos periodicamente. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não era parte passiva em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis ou fiscais.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

Durante os exercícios de 2020 e 2019 não foram identificados indicativos de redução ao valor recuperável de ativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	7	4
Aplicações financeiras	<u>46</u>	<u>201</u>
Total	<u>53</u>	<u>205</u>

As aplicações financeiras são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários remunerados ao CDI, que podem ser negociados a qualquer momento sem ônus para a Companhia.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

4. INVESTIMENTOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Finsol SCM EPP S.A.	<u>27.369</u>	<u>25.895</u>

A movimentação do investimento está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.462
Equivalência patrimonial	3.640
Dividendos a receber	<u>(207)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>25.895</u>
Equivalência patrimonial	1.719
Dividendos a receber	<u>(245)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>27.369</u>

As principais informações do investimento na controlada Finsol SCM EPP S.A. estão apresentadas a seguir:

<u>Finsol SCM EPP S.A.</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Capital social	19.000	19.000
Número de ações	19.000.000	19.000.000
Participação no capital social	100%	100%
Patrimônio líquido	27.369	25.895
Lucro líquido do exercício	1.719	3.640

5. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bonificação a Diretoria	219	219
INSS a pagar	<u>44</u>	<u>58</u>
Total	<u>263</u>	<u>277</u>

Refere-se a provisão do pagamento da bonificação da diretoria e da contribuição previdenciária incidente em função dos resultados apurados.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 34.379, representado por 34.378.969 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

Os lucros líquidos, quando existentes terão a destinação que lhes for designada *ad referendum* da Assembleia Geral, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Por meio de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de dezembro de 2020 e 2019, ficou definido que o lucro líquido dos exercícios de 2020 e 2019, respectivamente, depois da constituição da reserva legal, serão integralmente destinados à compensação de prejuízos acumulados.

A conciliação da destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 segue abaixo apresentada:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	1.392	3.241
(-) Reserva legal - 5%	<u>(70)</u>	<u>(162)</u>
Compensação de prejuízos acumulados	<u>1.322</u>	<u>3.079</u>

7. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão de bonificação da diretoria	(265)	(346)
Taxas, impostos e contribuições	(3)	(4)
Outras	<u>(61)</u>	<u>(61)</u>
Total	<u>(329)</u>	<u>(411)</u>
Classificadas como:		
Despesas administrativas	(61)	(61)
Despesas tributárias	(3)	(4)
Outras despesas operacionais	<u>(265)</u>	<u>(346)</u>
Total	<u>(411)</u>	<u>(411)</u>

Remuneração do pessoal-chave da administração

Durante o exercício de 2019 não houve remuneração do pessoal-chave da Administração. Em 2020, a Administração foi remunerada com o pagamento da bonificação provisionada em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 219.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações da Companhia resumem-se às aplicações financeiras indexadas ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), sujeitas a uma baixa exposição a riscos e a um insignificante risco de mudança de valor.

9. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 29 de janeiro de 2021.